

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO, sob demanda, de **INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO**, para atender a necessidade da Subsecretaria de Atenção Básica / Coord. Saúde Bucal, pelo período de 1 (um) ano;

1.2. Requisitantes: Subsecretaria de Atenção Básica / Coord. Saúde Bucal;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº 14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

1.5. Prazo: 1 (um) ano a contar da data da assinatura da Ata de Registro;

1.6. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL
1	314524	AFASTADOR ODONTOLÓGICO - Material: Aço Inoxidável - Tipo: Minessota	UN	34
2	413385	ALAVANCA odontológica, material: aço inoxidável, tipo: seldin, características adicionais: esquerda, referência: nº 1, esterilidade: autoclavável.	UN	34
3	431736	ALAVANCA odontológica, material: aço inoxidável, tipo: apical, características adicionais: reta, referência: nº 301	UN	34
4	413384	ALAVANCA odontológica, material: aço inoxidável, tipo: seldin, características adicionais: direita, referência: nº 1, esterilidade: autoclavável.	UN	34
5	413388	ALAVANCA odontológica, material: aço inoxidável, tipo: seldin, características adicionais: reta, referência: nº 2, esterilidade: autoclavável	UN	34

6	429359	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO - odontológico, material: aço inoxidável, cabo longo, duplo, tipo ponta: ponta angulada - 16 cm aproximadamente.	UN	34
7	271591	AVENTAL DE PLÁSTICO ADULTO - tipo uso: reutilizável, cor: branca, comprimento: 48 cm, largura: 33 cm, características adicionais: 1 camada	UN	77
8	271591	AVENTAL DE PLÁSTICO INFANTIL - tipo uso: reutilizável, cor: branca, comprimento: 48 cm, largura: 33 cm, características adicionais: 1 camada	UN	77
9	457593	BANDEJA - Material: Aço Inoxidável - Dimensões: Cerca De 20 X 10 X 3 Cm Tipo: Lisa - Esterilidade: Esterilizável.	UN	77
10	419515	BROQUEIRO – material: alumínio, modelo: estojo aberto, capacidade: cerca de 20 brocas, esterilidade: autoclavável.	UN	34
11	272821	CABO BISTURI - Material: Aço Inoxidável - Tam: Nº 3	UN	34
12	413300	CABO ESPELHO BUCAL - Material: Aço Inoxidável - Tipo Uso: Autoclavável - Formato: Oitavado.	UN	192
13	470300	CALCADOR / CONDENSADOR - Ref: Nº 03 - Material: Aço Inoxidável - Modelo: Espatulado - Características Adicionais: Pontas Duplas Esterilidade: Autoclavável.	UN	48
14	470299	CALCADOR / CONDENSADOR - Ref: Nº 06 - Material: Aço Inoxidável - Modelo: Espatulado - Características Adicionais: Pontas Duplas Esterilidade: Autoclavável.	UN	48
15	475273	CÂNULA INSTRUMENTAL - Material: Aço Inoxidável - Modelo: Yasargil Aplicação: P/ Aspiração - Haste: Angulada - Comprimento Total: Cerca de 18 Cm - Diâmetro: Cerca De 3,5 Mm - Esterilidade: Esterilizável	UN	48
16	419183	CUBA / GRAU DE BORRACHA – Para alginato e gesso (médio), odontológico, material: pvc, formato: cuba, tipo: grau de borracha flexível, tamanho: médio.	UN	14
17	470274	CURETA GRACEY 0/00 - Cureta periodontal, material: aço inoxidável, tipo: gracey, modelo: nº 0.	UN	43

18	427576	CURETA GRACEY 11/12 - Cureta periodontal, material: aço inoxidável, tipo: mine gracey, modelo: nº 11-12.	UN	43
19	427573	CURETA GRACEY 13/14 - Cureta periodontal, material: aço inoxidável, tipo: gracey, modelo: nº 13-14.	UN	43
20	427579	CURETA GRACEY 7/8 - Cureta periodontal, material: aço inoxidável, tipo: mine gracey, modelo: nº 7-8.	UN	34
21	413560	CURETA ODONTOLÓGICA - Referência: Nº 85 - Material: Aço Inoxidável Aplicação: Cirurgia - Tipo: Lucas - Esterilidade: Autoclavável - Formato: Côncavo Corpo Duplo.	UN	34
22	426707	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 17 - uso odontológico, aço inoxidável, formato: duplo, característica adicional: p, dentina, modelo: nº 17, autoclavável.	UN	34
23	426705	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 5 - uso odontológico, aço inoxidável, formato: duplo, característica adicional: p, dentina, modelo: nº 05, autoclavável.	UN	34
24	407974	ESCULPIDOR HOLLEMBACK – odontológico, material: aço inoxidável, modelo: hollemback, tamanho: nº 03	UN	34
25	470294	ESPÁTULA DE METAL – material lâmina: metal, material cabo: madeira, aplicação: conservação de acervo, características adicionais: formato gota, comprimento total: 21 cm, largura da lâmina: 2 cm.	UN	22
26	444212	ESPÁTULA Nº 24 - Espátula odontológica, material: aço inoxidável	UN	46
27	251246	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA - Material: Aço Inoxidável E Titânio - Modelo: Duplo - Comprimento: 17 Cm - Tamanho: Nº 4 - Características Adicionais: Ponta Angulada - Tipo Uso: Aplicação de Compositos.	UN	43
28	251247	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA - Material: Aço Inoxidável E Titânio - Modelo: Duplo - Comprimento: 17 Cm - Tamanho: Nº 2 - Características Adicionais: Ponta Angulada - Tipo Uso: Aplicação de Compositos.	UN	43
29	437558	ESPELHO BUCAL SEM CABO - Material aço inoxidável, tipo plano, nº 05, uso e encaixe universal, autoclavável.	UN	192

30	150903	ESPELHO DE MÃO - com cabo que encaixa perfeitamente na palma da sua mão, leve e resistente, tamanho: 9 cm x 15,8 cm.	UN	29
31	413522	FÓRCEPS - odontológico, material: aço inoxidável, tipo: adulto, número: 151 , características adicionais: pré-molares, incisivos e raízes inferiores, tipo uso: autoclavável.	UN	29
32	427513	FÓRCEPS - odontológico, material: aço inoxidável, tipo: adulto, número: 203 , características adicionais: extração de raízes inferiores, ambos os lados.	UN	29
33	422364	FÓRCEPS - odontológico, material: aço inoxidável, tipo: adulto, número: 69 , características adicionais: raízes superiores e inferiores, tipo uso: autoclavável.	UN	29
34	432452	FÓRCEPS ADULTO – odontológico, material: aço inoxidável, tipo: adulto, número: 16, características adicionais: molares inferiores ambos os lados	UN	29
35	413513	FÓRCEPS ADULTO – odontológico, aço inoxidável, tipo: adulto, número: 18 r , características adicionais: molares superiores lado direito, tipo uso: autoclavável.	UN	29
36	413514	FÓRCEPS ADULTO - odontológico, aço inoxidável, tipo: adulto, número: 18 l , características adicionais: molares superiores lado esquerdo, autoclavável.	UN	29
37	413523	FÓRCEPS ADULTO - odontológico, material: aço inoxidável, tipo: adulto, número: 150 , características adicionais: pré-molares, incisivos e raízes superiores, tipo uso: autoclavável.	UN	29
38	413512	FÓRCEPS ADULTO – odontológico, material: aço inoxidável, tipo: adulto, número: 65 , características adicionais: extração de raízes superiores, ambos os lados, reg, tipo uso: autoclavável.	UN	29
39	378164	FÓRCEPS ADULTO - odontológico, material: aço inoxidável, tipo: adulto, número: 17.	UN	29
40	419948	FÓRCEPS INFANTIL – odontológico, aço inoxidável, infantil, número: 18d, características adicionais: molares superiores lado direito, autoclavável .	UN	22
41	419947	FÓRCEPS INFANTIL - odontológico, aço inoxidável, tipo: infantil, número: 18 l, características adicionais: molares superiores lado esquerdo, autoclavável.	UN	22

42	413531	FÓRCEPS INFANTIL odontológico, incisivo superior, aço inoxidável, tipo: infantil, número: 1, tipo uso: autoclavável.	UN	22
43	325079	LIMA tipo: para osso , aço inoxidável, modelo: maltz, tamanho: 17mm x 18cm.	UN	22
44	465491	MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS - Finalidade: Material Educativo Odontológico - Aplicação: Para Fins Didáticos Tipo: Bicho De Pelúcia Com Arcada Dentária - Tamanho: 40 Cm Características Adicionais: Com 32 Dentes Sendo 16 Superiores E 16 Inferiores.	UN	17
45	251086	MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS Tipo: Arcada Dentária; Material: Acrílico; Tipo Dentes: PERMANENTES Tamanho: 12 X 6 cm; Finalidade: Material Educativo Odontológico	UN	24
46	251086	MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS Modelo de dentes grandes e móveis, modelo de desmontagem de dentes de cárie dentária – Evolução do processo cárie (cárie rasa até profunda); Tamanho: 4:1 (4x).	UN	05
47	251086	MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS Modelo em tamanho natural de acrílico transparente com excelente acabamento. Demonstra gengivite no elemento 21, periodontite no elemento 22, implante no elemento 14, terceiros molares inclusos elementos 18 e 48, abscesso dentário no elemento 36, tratamento endodôntico com exposição pulpar nos elementos 37, 38 e 26.	UN	05
48	251086	MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS Modelo em tamanho natural com dentição mista em Acrílico transparente mostra dentes decíduos e permanentes, As hemi-arcadas inferior superior direitas apresentam os dentes permanentes, enquanto as hemiarcadas superior direito esquerdas apresentam os dentes decíduos com reabsorção parcial da raiz e os germes dos dentes permanentes que irão erupção ao longo do tempo.	UN	05
49	251086	MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS Modelo Dentição Decídua em acrílico transparente mostra 20 dentes decíduos e germes dos 28 dentes permanentes. Todas as arcadas apresentam os dentes	UN	05

		decíduos com o respectivo germe do dente permanente próximo ao forame apical do dente temporário. Incisivos decíduos apresentam reabsorção parcial da raiz.		
50	427708	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Desdentados Total; Tamanho: Nº 4; Aplicação: Inferior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	07
51	427706	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Desdentados Total; Tamanho: Nº 4; Aplicação: Superior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	07
52	427704	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Desdentados Total; Tamanho: Nº 3; Aplicação: Inferior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	10
53	427702	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Desdentados Total; Tamanho: Nº 3; Aplicação: Superior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	10
54	427700	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Desdentados Total; Tamanho: Nº 2; Aplicação: Inferior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	10
55	427698	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Desdentados Total; Tamanho: Nº 2; Aplicação: Superior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	10
56	427696	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Desdentados Total; Tamanho: Nº 1; Aplicação: Inferior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	07
57	427694	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Desdentados Total; Tamanho: Nº 1; Aplicação: Superior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	07
58	427670	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Aço Inoxidável; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Dentados Total; Tamanho: Nº 4; Aplicação: Inferior, Adulto; Características Adicionais: Lisa.	UN	07
59	427669	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Aço Inoxidável; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Dentados Total; Tamanho: Nº 4; Aplicação: Superior, Adulto; Características Adicionais: Lisa.	UN	07



60	427668	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Aço Inoxidável; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Dentados Total; Tamanho: Nº 3; Aplicação: Inferior, Adulto; Características Adicionais: Lisa.	UN	07
61	427667	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Aço Inoxidável; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Dentados Total; Tamanho: Nº 3; Aplicação: Superior, Adulto; Características Adicionais: Lisa.	UN	07
62	427666	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Aço Inoxidável; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Dentados Total; Tamanho: Nº 2; Aplicação: Inferior, Adulto; Características Adicionais: Lisa.	UN	07
63	427665	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Aço Inoxidável; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Dentados Total; Tamanho: Nº 2; Aplicação: Superior, Adulto; Características Adicionais: Lisa.	UN	07
64	427664	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Aço Inoxidável; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Dentados Total; Tamanho: Nº 1; Aplicação: Inferior, Adulto; Características Adicionais: Lisa.	UN	07
65	427663	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Aço Inoxidável; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Dentados Total; Tamanho: Nº 1; Aplicação: Superior, Adulto; Características Adicionais: Lisa.	UN	07
66	427646	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Parcial Anterior; Características Adicionais: Perfurada.	UN	10
67	427650	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Parcial Hemiarçada; Aplicação: Direito Superior / Esquerdo Inferior; Características Adicionais: Perfurada	UN	10
68	427645	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA Material: Alumínio; Tipo: P/ Moldagem; Modelo: Parcial Posterior; Características Adicionais: Perfurada	UN	10
69	467995	PINÇA ANATÔMICA - Material: Aço Inoxidável - Formato Ponta: Ponta Reta Componente: S/ Cremalheira - Modelo 1: Dente De Rato - Tam: Cerca De 12 Cm - Tipo Ponta: 1 X 2 Dentes - Esterilidade: Esterilizável.	UN	26
70	467997	PINÇA ANATÔMICA - Material: Aço Inoxidável - Formato Ponta: Ponta Reta Componente: S/ Cremalheira - Modelo 1: Dente De Rato - Tam: Cerca De 16 Cm - Tipo Ponta: 1 X 2 Dentes -	UN	22

		Esterilidade: Esterilizável.		
71	467850	PINÇA CIRÚRGICA - Material: Aço Inoxidável - Formato Ponta: Ponta Curva - Componente: C/ Cremalheira - Modelo 1: Crile Comprimento Total: Cerca de 16 Cm - Tipo Ponta: Serrilhada - Esterilidade: Esterilizável.	UN	22
72	467845	PINÇA CIRÚRGICA - Material: Aço Inoxidável - Formato Ponta: Ponta Reta Componente: C/ Cremalheira - Modelo 1: Crile - Comprimento Total: Cerca de 16 Cm - Tipo Ponta: Serrilhada - Esterilidade: Esterilizável.	UN	22
73	448176	PINÇA cirúrgica, aço inoxidável, modelo: goiva , tipo ponta: curva, articulada, comprimento total: cerca de 20 cm.	UN	22
74	413334	PINÇA odontológica, material: aço inoxidável, tamanho: cerca de 17 cm, referência: 317, indicação: clínica, aplicação: p, algodão, esterilidade: autoclavável.	UN	82
75	436847	PLACA DE VIDRO - uso odontológico, tipo: placa p, espatulação, vidro, formato: retangular, espessura: espessura cerca de 10 mm.	UN	43
76	436482	PONTA P/ ASPIRAÇÃO ENDODÔNTICA – C/ cânula grossa.	UN	14
77	471139	PORTA AGULHA – instrumental, modelo: mathieu , tipo ponta: ponta reta, característica ponta: c, vídea, adicional 1: com trava, comprimento total: cerca de 14 cm , material: aço inoxidável, esterilidade: esterilizável.	UN	36
78	471152	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL - Modelo: Mayo Hegar - Tipo Ponta: Ponta Reta - Característica Ponta: C/ Vídea - Haste: Haste Reta - Adicional 1: Com Trava - Comprimento Total: Cerca de 14 Cm - Material: Aço Inoxidável - Esterilidade: Esterilizável.	UN	36
79	471146	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL - Modelo: Mayo Hegar - Tipo Ponta: Ponta Reta - Característica Ponta: C/ Vídea - Haste: Haste Reta - Adicional 1: Com Trava - Comprimento Total: Cerca de 16 Cm - Material: Aço Inoxidável - Esterilidade: Esterilizável.	UN	36
80	446326	PORTAL ALGODÃO – Organizador clínico uso odontológico, material: aço inoxidável, tipo: porta algodão em rolete, características adicionais: cilíndrico, com tampa, 14 x 14 cm.	UN	14

81	413354	SERINGA CARPULE C/ REFLUXO -Seringa, material: aço inoxidável, tipo uso: autoclavável, capacidade: 1,80 ml, características adicionais: retrocarga, tipo: carpule, aplicação: refluxo tradicional.	UN	79
82	413450	SINDESMÓTOMO - aço inoxidável, autoclavável nº 01.	UN	34
83	425231	SONDA EXPLORADORA - odontológica, material: aço inoxidável, tipo: exploradora, modelo: nº 05, tipo cabo: cabo maciço.	UN	82
84	45241	TAMBOR DE GAZE - Aço inoxidável - 18 x 14 cm.	UN	14
85	471724	TESOURA instrumental, modelo 2, ponta reta , cerca de 14 cm, aço inoxidável, esterilizável.	UN	43
86	473079	TESOURA CIRÚRGICA – Tamanho médio - Tesoura instrumental, tipo ponta: ponta reta, comprimento total: cerca de 18 cm, material: aço, esterilizável.	UN	43
87	471527	TESOURA INSTRUMENTAL - Material: Aço Inoxidável - Haste: Haste Reta Modelo 1: Metzenbaum – Tam: Cerca De 14 Cm - Tipo Ponta: Ponta Curva Esterilidade: Esterilizável.	UN	43
88	471510	TESOURA INSTRUMENTAL - Material: Aço Inoxidável - Haste: Haste Reta Modelo 1: Metzenbaum - Tam: Cerca De 14 Cm - Tipo Ponta: Ponta Reta Esterilidade: Esterilizável.	UN	43
89	473037	TESOURA instrumental, modelo 2, ponta curva , cerca de 14 cm, aço inoxidável, esterilizável.	UN	43

1.7. O objeto desta contratação se enquadra como sendo bem comum, e não bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 29 de setembro de 2022;

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021;

1.9. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade constante, utilizado frequentemente dentro da unidade de saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa para Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

2.2. Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina da unidade de saúde;

2.3. A presente aquisição justifica-se devido aos atendimentos nos consultórios odontológicos, criação de equipes nas ESF's, onde não possuíam atendimentos, além de suprir a demanda da substituição de instrumentais com desgastes em todas as unidades de saúde com consultórios odontológico, resultando no aumento da qualidade/cuidado aos usuários do serviço público de saúde de Nova Friburgo, e proporcionar ferramentas de trabalho adequadas aos servidores (odontólogos). Além disso, é importante considerar a necessidade de um número suficiente de instrumentais para atender o ciclo de labagem e de esterilização, para que seja garantida a segurança dos usuários;

2.4. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como os quantitativos dos objetos solicitados, foram indicados pela equipe técnica da unidade de saúde, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas no documento requisitório.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Aquisição, sob demanda, de Instrumental Odontológico, para atender a necessidade da Subsecretaria de Atenção Básica / Coord. Saúde Bucal, pelo período de 1 (um) ano;

3.2. A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado;

3.3. Quanto à adoção do critério de julgamento de menor preço unitário, a Administração entende por adequada a escolha visando possibilitar a competitividade aos participantes, dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição;

3.4. Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SRP), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SRP há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes;

3.5. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes;

4.2. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

4.3. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

4.4. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas unidades requisitante;

4.5. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

4.6. Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, e/ou vida útil, aos itens aplicáveis;

4.7. Quanto a indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), não cabe para o objeto do presente;

4.8. Quanto a exigência de amostra, não cabe para o objeto do presente;

4.9. Quanto da vedação de contratação de marca/produto, não cabe para o objeto do presente;

4.10. Quanto da exigência de carta de solidariedade, não cabe para o objeto do presente;

4.11. Quanto da exigência de garantia de contratação, não cabe para o objeto do presente;

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do objeto é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente;

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.3. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto nos locais e horário arrolados abaixo:

5.3.1. Almoxarifado Central – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar, Centro, Nova Friburgo/RJ. CEP: 28623-000. Respeitando os dias de entrega, de segunda-feira a quinta-feira, nos horários de 09:00h às 16:00h;

5.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.6. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

5.9. Não cabe para o objeto do presente, prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor, gestor substituto, fiscal, e fiscal substituto;

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução

do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão;

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

7.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224 SALA 221 – CENTRO – NOVA FRIBURGO/RJ – CEP 28613-001;**

7.2. Liquidação da Despesa:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3. Pagamento da Despesa:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

7.3.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.3.1.2. Fazenda Federal – Abrange as contribuições sociais;

7.3.1.3. FGTS;

7.3.1.4. PGE – Referente à Dívida Ativa Estadual;

7.3.1.5. Municipal – Referente ao ISS e Dívida Ativa;

7.3.1.6. Estadual CND – Referente ao ICMS;

7.4. A Nota Fiscal deverá conter identificação do Banco, número da agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência;

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:



8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.12.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.12.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.12.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadu-

al, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão

negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou órgãos de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega

da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.4 - Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, dentro do prazo de validade, para a atividade desenvolvida pela empresa. (Decreto Nº 8.077, de 14 de agosto de 2013 da ANVISA)

8.15.5 - Cópia da Autorização de Funcionamento válida, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme artigos 1º e

2º da Lei 6.360/1976.

8.15.5.1 - Caso a empresa licitante participe apenas de produtos comprovadamente isentos, será dispensada a Autorização de Funcionamento de que trata o item anterior.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da Contratada:

9.1.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

9.1.2. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

9.1.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

9.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

9.1.6. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

9.1.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

9.1.8. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.1.9. A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

9.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de

imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

9.1.11. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.1.12. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.1.13. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

9.2.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

9.2.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

9.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

9.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.2.5. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.2.7. Prestar à Contratada, informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

9.2.8. Demais condições constantes do edital de licitação.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 - fraudar a licitação

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 - advertência;

10.2.2 - multa;

10.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

10.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o pra-

zo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº

2007 de 16 de fevereiro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.2.1. Unidades: Subsecretaria de Atenção Básica / Coord. Saúde Bucal;

12.2.2. Programa de Trabalho: 30001.10.301.0083.2.195;

12.2.3. Fonte de Recursos: 1600;

12.2.4. Natureza de Despesa: 33.90.30.09;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

13.2. Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica das unidades requisitantes desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 26 de junho de 2024.

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

APOIO TÉCNICO:

Alexandra R. Barbosa
Subsecretária de Atenção Básica
Mat.: 299.038

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

GABRIEL COSTA WENDERROSCHY
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 063.454